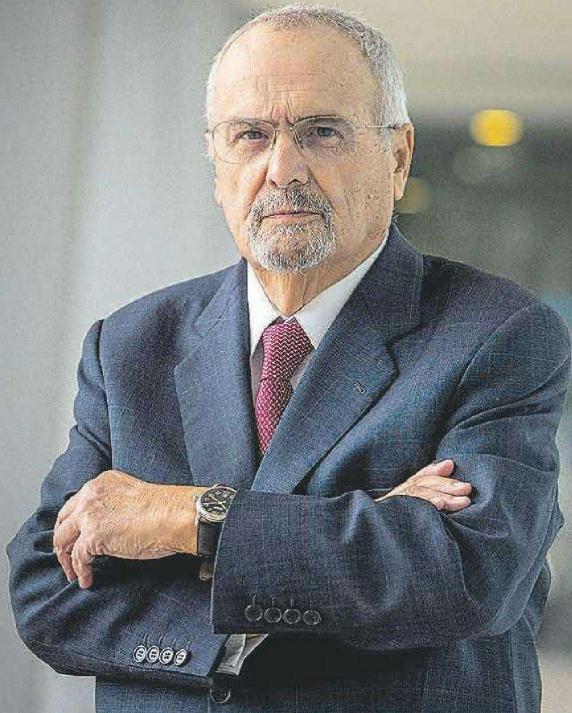




n
novo

1
ANTENA



CONVERSA CAPITAL
JOÃO VIEIRA LOPES

“Se fosse hoje não assinava” o acordo de rendimentos

Líder da Confederação do Comércio fala em promessas por cumprir e dá lei laboral como exemplo do “ritmo paquidérmico”.

PRIMEIRA LINHA | 4 a 8

© 2025 LOPES

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

“Um acordo como este não voltava a assinar”

Deu o benefício da dúvida, mas garante que se fosse hoje não assinava o acordo de rendimentos com o Governo. Presidente da CCP fala em promessas por cumprir e dá o exemplo do “ritmo paquidérmico” dos trabalhos para visitar a legislação laboral.

DIANA DO MAR

dianamar@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA ANTENA 1

BRUNO COLAÇO

Fotografia

O Governo tem anunciado muitas medidas, como o chamado “pacotão”, mas o líder da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) diz que, na prática, “se avançou muito pouco” designadamente ao nível da capitalização das empresas. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, João Vieira Lopes, dá também o exemplo da produtividade, criticando a ausência de incentivos para que possam ganhar escala.

Foi fechado o acordo de rendimentos com o Governo, vá-lido até 2028, mas há muitos capítulos em aberto. A ministra do Trabalho insistiu, na última reunião de concertação social, que uma das prioridades é visitar a legislação laboral. Há avanços? Estamos à espera. O Governo

apresentou 14 pontos laborais a serem abordados na negociação. Estamos só nessa fase. Está prevista a criação de grupos de trabalho, mas, até agora, isto está tudo ainda muito embrionário. O ritmo é um bocado paquidérmico.

Porquê?

Temos um problema com o Governo. Tínhamos duas grandes expectativas: por um lado, foi-nos prometido na campanha um choque fiscal grande, que está muito longe de ter sido feito, mas sabemos que há limitações no quadro do xadrez político da Assembleia da República e, por outro, também tínhamos expectativa que fosse um Governo mais preocupado com as empresas e que não tivesse uma posição de distância em relação a elas. Têm sido apresentados planos diversos, de 30 medidas, 60 medidas, mas em termos de ação está muito longe de haver uma grande concretização. Há quatro pontos fulcras para a economia mexer – produtividade, financiamento, investimento e capitalização – e relativamente a eles até agora avançamos muito pouco.

A CIP fez inclusive, no fundo, depender a sua aceitação do acordo de um grupo de trabalho que seria constituído para depois criar um conjunto de medidas relativas à produtividade que levariam ao aumento salarial de 4,7%. Vai ser possível?

É um objetivo, uma intenção.

Agora, como é que se consegue aumentar o diferencial de produtividade entre Portugal e a Europa? Há vários anos apresentamos três ou quatro questões-base, como a qualificação das pessoas e das empresas, claramente, em que, com maior ou menor eficácia, houve um investimento com fundos europeus. Agora, investiu-se muito pouco ou nada na qualidade de gestão das PME e microempresas, que é fraca, o que limita a produtividade. Depois, na tecnologia e digitalização fizeram-se esforços, mas também coisas muito dispersas. E há - acima de tudo - a escala. Na prática, temos mil ou duas mil empresas com dimensão. Não sei se é uma herança de outros tempos, mas as grandes empresas nem sempre são bem vistas politicamente e não se incentiva a escala. Há muitos anos que defendemos no âmbito dos fundos europeus um incentivo a fusões, associações de empresas e trabalho em rede - nunca se fez nada. Relativamente aos salários tem-se acompanhado mais ou menos. Não sou capaz de dizer a média, mas há vários setores que estão a trabalhar, claramente, nesses valores. Há uma grande interrogação sobre como vai a economia evoluir com o grau de imprevisibilidade bastante grande a nível internacional, com os efeitos das alterações da

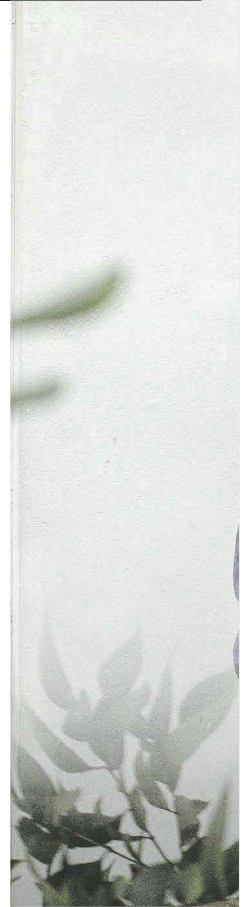
política americana e as relações com a Europa, mas, em condições normais, era perfeitamente atingível e, neste momento, não vou dizer que não é - ainda.

Já está arrependido de ter assinado o acordo de concertação social?

Por um lado, tinha algumas coisas positivas, embora fosse pouco chinho, como diria um antigo primeiro-ministro, e, por outro, também achámos que devíamos dar o benefício da dúvida a um governo que entrava em funções.

E se fosse agora?

Um acordo como este não voltava a assinar. ■



Medidas do Governo para capitalizar empresas têm sido “fraquinhas”

O líder da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, considera que as medidas tomadas pelo Governo ao nível da capitalização das empresas nacionais têm sido “fraquinhas” e diz, em entrevista ao Negócios e Antena 1, que em relação ao Banco Português de Fomento está “sempre na expectativa”.

Do que referiu ao nível da atuação do Governo depreende-se que considera que há muitas palavras e poucas ações. É isso?

Nós, em particular, ou seja, o setor do comércio e serviços, sentimos isso desde o princípio: este é o primeiro Governo que não tem um departamento, uma secretaria de Estado ou um

“Têm sido apresentados planos diversos [para as empresas], mas está muito longe de haver uma grande concretização.”

“Grandes empresas nem sempre são bem vistas politicamente e não se incentiva a escala.”



PERFIL

Um histórico da CCP que está quase de saída

João Vieira Lopes é um histórico da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) à qual se prepara para dizer adeus. A saída decorre do termo do último mandato em 2026, “ao fim de 26 anos na direção, dos quais 16 na presidência”. Isto no ano em que a instituição, criada como resultado do movimento associativo surgido após o 25 de Abril, cumpre 50 anos. “Tenho de inventar coisas para fazer”, diz, aos 77 anos, o “número 1” da CCP, que integra mais de uma centena de entidades associativas empresariais, representando um universo de aproximadamente 200 mil empresas. Além de estar à frente da CCP, João Vieira Lopes ocupa, desde 2011, a presidência da Associação dos Distribuidores de Produtos Alimentares (ADIPA). Apesar de ser formado em Engenharia Eletrotécnica iniciou a atividade na consultora de estudos de mercado Nielsen e, ao longo da carreira, desempenhou vários cargos de direção e administração em empresas, em particular na indústria de produtos de grande consumo, com passagens por companhias como a Compal, a Nabisco ou a Knorr.

Ministério para abranger o comércio e serviços. O comércio é o maior empregador do país, com 750 mil pessoas, a seguir à função pública que agora o ultrapassou, como ultrapassa sempre quando se aproximam eleições autárquicas, porque o grande crescimento dá-se nas autarquias.

A ausência de uma secretaria de Estado do Comércio tem feito diferença no diálogo com o Governo?

Tem, porque não temos ninguém dedicado a este setor e sempre houve, não é? E, depois, hoje em dia tudo evoluiu pelo crescimento do papel dos serviços na cadeia de valor e isso foi sempre um bocadinho menorizado e, infelizmente, só agora é que muita gente está a ter noção por causa da crise alemã.

Relativamente às empresas falou da capitalização. Depois de reconhecer que o Banco Português de Fomento é um conceito ainda “por provar”, o Governo avançou para a refundação. Tem esperança numa “segunda vida” desta instituição?

Em relação ao Banco de Fomento estou sempre na expectativa – independentemente das intenções. Há muitos anos que nós, e as restantes confederações empresariais, temos apresentado diversas propostas na área da capitalização. E há uma questão que é clara: enquanto fiscalmente for mais favorável às empresas capitalizarem-se recorrendo à banca do que colocando suprimentos ou capitais próprios, o problema da capitalização não se resolve.

E, mesmo para se resolver, é preciso uma data de anos. Evidentemente, nós sabemos que, na Europa, o mercado de capitais não tem sempre a mesma força que nos Estados Unidos e, portanto, a banca tem um papel maior no financiamento das empresas. Mas, de qualquer maneira, as medidas que têm sido tomadas nesta área têm sido sempre pequenas. As finanças nunca têm arriscado a incentivar claramente isso. O primeiro Governo de António Costa ainda fez um grupo de trabalho que mexeu um bocadinho nisso, mas todas as medidas são sempre fraquinhas fraquinhas, com medo de se perder receitas. Ora, é evidente, que sem capitalização de empresas, não há dimensão, não há capacidade de exportação, há dependência da banca a 100%. A

banca faz o seu negócio, mas não é uma incentivadora da inovação.

Então era aqui que poderia entrar o Banco de Fomento?

Aí poderia entrar. Portugal tem um número de “startups”

interessante, comparado com a média dos países europeus em termos das economias e do número de habitantes, mas depois, as poucas que atingem volumes grandes vão para os Estados Unidos ou para a Inglaterra, porque aqui não há capital. ■

“Enquanto fiscalmente for mais favorável às empresas capitalizarem-se recorrendo à banca [...] o problema da capitalização não se resolve”.

“Medidas são fraquinhas, com medo de se perder receita.”

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

Imigração: parceiros aguardam contraproposta ainda este mês

Presidente da CCP diz que os “patrões” aguardam uma contraproposta sobre a imigração até ao final deste mês, depois de se terem sentado à mesa com o Governo para tentar encontrar um equilíbrio entre regular a entrada e colmatar a falta de mão de obra.

DIANA DO MAR

dianamar@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA ANTENA 1

BRUNO COLAÇO

Fotografia

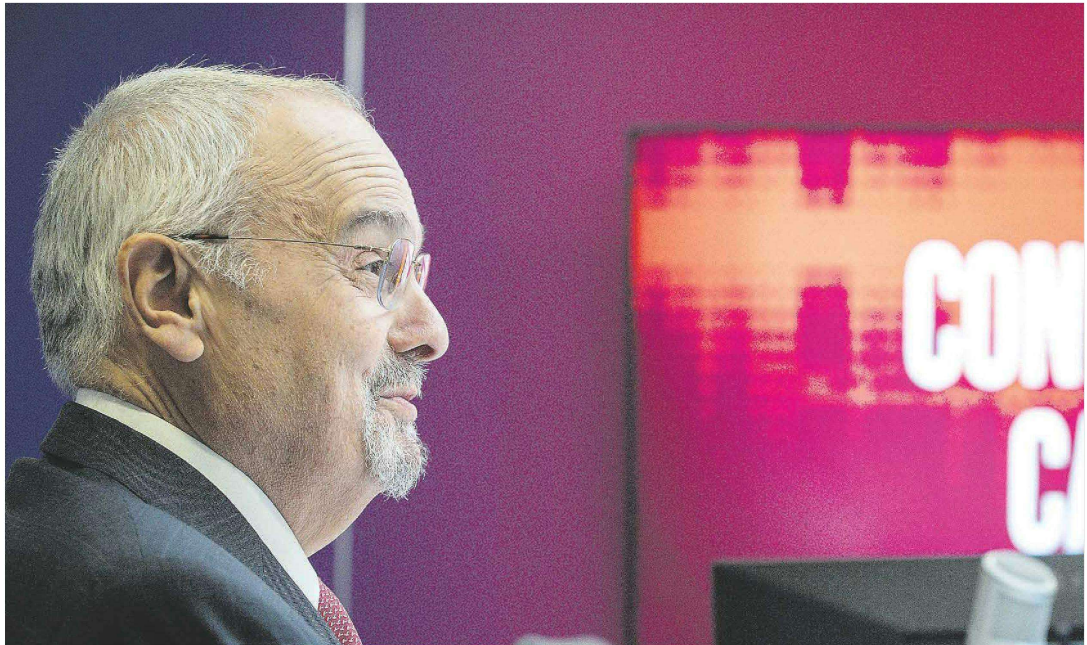
Com perto de um milhão de trabalhadores estrangeiros inscritos na Segurança Social, ou seja, quase 20% da população ativa, Portugal tem de “encarar de frente” a imigração, defende o presidente da CCP. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, João Vieira Lopes nota “mais flexibilidade” do lado do Governo na tentativa de se encontrarem a meio caminho, mas prefere aguardar. “Vamos ver ao que é que chegamos”.

O Governo e confederações patronais ficaram de voltar a sentar-se à mesa para tentar encontrar um ponto de equilíbrio relativamente à vinda de imigrantes para o mercado de trabalho. Em que ponto estão essas conversações?

Tivemos uma reunião no ano passado e fizemos comentários à proposta do Governo que pretendia que as empresas tivessem um papel em toda essa área de intervenção e voltámos a reunir dia 14 e o Governo ficou de nos apresentar uma espécie de revisão daquela sua proposta inicial.

São mais os pontos de convergência ou de divergência?

Este é um problema importante na economia e na sociedade portuguesa. Neste momento, temos cerca de um milhão de imigrantes inscritos na Segurança Social, ou seja, perto de 20% da população ativa. É uma ques-



tão que tem que ser encarada de frente. Infelizmente, há setores à esquerda que olham para os imigrantes como o bom selvagem e há setores à direita que

olham os imigrantes muito numa lógica de um perigo para a segurança. Estas duas perspetivas de abordagem parecem-nos completamente erradas, pelo que es-

tamos a trabalhar para tentar introduzir alguma regulação e algum equilíbrio. No entanto, há duas realidades completamente diferentes em relação à imigração - e é em torno desse ponto que tem havido problemas na discussão com o Governo. É que, por um lado, temos a imigração que pode ser relativamente facilmente organizada para alguns setores, como, por exemplo, por grandes empresas de construção, em que os contratos de trabalho prévio e toda a temática é viável - se bem que continuamos com a grande interrogação sobre se os consulados têm capacidade de

conseguir satisfazer essas necessidades, independentemente do esforço que está a ser feito - e, por outro, uma imigração pontual para uma parte significativa para atividades como comércio, restauração ou cabeleireiro, em que é completamente inviável pensar que se pode fazer um contrato de promessa de emprego, porque são setores que decidem à vista da pessoa, se lhes interessa ou não, pelo que as regras têm de ter em conta estas duas realidades e a visão inicial do Governo era muito fechada em relação a isso. A segunda questão tem que ver com a habitação, um pro-

“Temos um milhão de imigrantes na Segurança Social, perto de 20% da população ativa. É uma questão que tem que ser encarada de frente.”

“É impossível para as empresas que estão a formar motoristas no estrangeiro estarem seis meses a pagar salários enquanto a burocracia funciona.”



blema complicado também. É possível organizar alguma política nesse aspeto dentro daquilo que existe nessas grandes empresas e nesses grupos de interesses mais organizados, mas em relação ao resto é extremamente difícil haver responsabilização.

No caso de as empresas organizarem por si essa vinda de trabalhadores para determinados setores, como construção civil, que tem mais facilidade em encontrar alojamento e proporcionar as devidas condições, haveria vantagens fiscais?

Teria de haver dois tipos de vantagens: para as empresas e para os trabalhadores. Ou seja, não considerar essa cedência como remuneração e não taxar esse investimento.

Mas isso está em discussão também neste momento?

Toda essa temática está em aberto, ou seja, as diversas confederações expuseram os problemas. A CCP acrescentou um ponto base - que para nós é muito importante - que tem a ver com os motoristas dos transportes de mercadorias e de passageiros face ao tempo que demora o reconhecimento das cartas e depois a tratar da problemática também de as ligar aos vistos, etc. Por exemplo, é impossível para as empresas que estão a formar motoristas no estrangeiro estarem depois seis meses a pagar salários enquanto a burocracia funciona. Temos notado que há algum esforço do governo, mais flexibilidade e isso é positivo, mas vamos ver ao que é que chegamos.

O Governo deu-vos um prazo para a apresentação dessa contraproposta?

Em princípio é até ao fim do mês.

Acha possível criar uma espécie de “via verde” para esses vistos?

Tem que se agilizar. Os serviços têm que estar em condições. Penso que há alguma recuperação em relação às centenas de milhares [de processos de regularização] que estavam pendurados, mas não podemos voltar a ter situações dessas, porque a imigração existe e é necessária para a economia portuguesa. ■

Quando fecham fábricas têxteis, “o comércio ressentente-se logo”

Falou das dificuldades que algumas empresas estão a sentir. Qual tem sido a dinâmica, por exemplo, em termos de falências nos setores que a CCP representa?

Há setores nos quais há muito mais aberturas e encerramentos, mas o padrão está a subir lentamente. Não estamos com riscos de recessão, mas há uma contração.

Há então mais empresas a fechar na área do comércio e serviços? Sim.

O comércio tem sido beliscado pela conjuntura internacional, pautada pela contração de grandes economias da Europa, como sucede, por exemplo, na indústria, designadamente a ligada ao automóvel?

Sim. E dou um exemplo: no norte do país houve algumas empresas têxteis que encerraram, especialmente algumas que exportavam para a Alemanha e o comércio ressentiu-se logo.

A inflação tem vindo a baixar e isto faria pensar que também os preços ao consumidor deveriam diminuir. Por que razão, a seu ver, isso não está a acontecer?

Há toda uma alteração do xadrez internacional em termos de matérias-primas. Os preços de grande parte das matérias-primas alimentares, por exemplo, não baixaram, porque tudo o que tinha como grandes fornecedores a

Rússia e Ucrânia passou para a América Latina e isso implicou transporte... E, depois, acho que há uma postura um pouco defensiva e toda a gente também se tenta defender melhorando as margens. Além disso, há o fenómeno Trump e isto nunca mais vai voltar a ser o que era, mesmo que a época de um diátemnie. Há algumas regras de funcionamento das economias que, de facto, saltaram. Nós fizemos uma Europa muito interessante, pondo as fábricas na China para fazer produtos baratos para aumentar o consumo, comprando energia à Rússia, que era barata para melhorar a eficiência das fábricas. E, além disso, os americanos pagaram-nos a defesa durante 70 anos e nós estávamos muito satisfeitos. Só que este “puzzle” desfez-se todo e nunca mais vai ser montado da mesma maneira.

Qual é o seu maior receio em relação ao comércio e aos serviços neste quadro?

Os serviços são muito diversificados. É evidente que os serviços ligados às tecnologias e a todas essas áreas, num país como Portugal, têm sempre uma progressão porque temos atrasos tecnológicos bastante grandes. Agora, em relação aos demais é o poder de compra. O que limita, claramente, é o poder de compra. Neste momento, estamos numa situação em que as coisas não estão más, mas as interrogações são muitas sobre qual é o seu nível de desenvolvimento e aqui tenho dificuldade em arriscar. ■

Respostas rápidas

JOÃO VIEIRA LOPES

É uma pessoa que tenta interpretar o mundo e viver o melhor possível nessa lógica e que tem o prazer de ter atividades que melhorem a vida dos outros.

UDP

Um passado distante, mas que teve o seu papel na formação da personalidade.

ALMIRANTE GOUVEIA E MELO

Uma incógnita.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O futuro próximo, sem dúvida nenhuma, vai passar muito por aí.

DONALD TRUMP

Uma alteração do paradigma mundial que, para a Europa e para Portugal, duvido que seja positiva.

UCRÂNIA

Uma situação muito complexa e com uma resolução imprevisível, mas provavelmente negativa.

PRAIA

Quatro quilómetros todas as manhãs.

FAMÍLIA

Um suporte imprescindível.

PAZ

Uma aspiração que todos devemos manter, sabendo que a natureza humana dificilmente a tornará permanente.

PORTUGAL

Gosto disto.

JOÃO VIEIRA LOPES PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

“Centros das cidades estão a tornar-se apenas em zonas de lojas de ímanes”

CCP reúne-se esta segunda-feira com o ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, para discutir a proposta recém-apresentada ao Governo para inverter a descaracterização dos centros urbanos, a incluir no âmbito dos fundos do Portugal 2030.



DIANA DO MAR
dianamar@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA ANTENA 1
BRUNO COLAÇO
Fotografia

O presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes, diz que tem havido um certo êxodo do comércio tradicional das baixas das cidades por força de rendas altas, afirmando ser “impossível” que nomeadamente lojas que apenas vendem ímanes as suportem. E adverte que essa transformação vai ter, a prazo, consequências, tanto para turistas como para os habitantes.

Como referiu, há franjas da sociedade que associam a imigração à insegurança. No caso da Baixa de Lisboa e da Baixa do Porto, há um acentuar do sentimento de insegurança para o comércio?

As estatísticas demonstram que não tem havido questões significativas. No entanto, pontual e local-

mente existem situações, de facto, em algumas zonas problemáticas.

Mas tem havido queixas dos comerciantes?

Sim, há problemas, como pessoas que dormem nas ruas, que têm que ser resolvidos. Agora, o que não nos parece é que esta questão possa ser discutida entre o imigrante bom selvagem e o imigrante agressivo. Há de tudo e, de facto, zonas onde há concentrações excessivas e como esta imigração é tão dispersa tem choques culturais, como em todo o mundo, como é evidente. E o facto de não haver uma resolução do problema da habitação leva, ainda por cima, a que isso se agrave, não é?

Isso está a ter implicações no comércio e no turismo?

No comércio, nessas zonas, tem. Agora, mas para nós, em termos estruturais, um dos temas a abordar é a questão dos centros das cidades estarem a transformar em zonas meramente de lojas de ímanes e de alguns restaurantes baratos e tal e

isso, a prazo, vai ter consequências no turismo e para o modo de vida das pessoas. A CCP está preocupada porque a questão do urbanismo comercial, da organização dos centros das cidades de uma forma mais aberta e ‘friendly’, foi completamente abandonada. Numa primeira fase, o turismo teve algum efeito – e ainda bem – nomeadamente ao nível da reconstrução de uma série de edifícios que não estavam em condições, etc., mas o que há, neste momento, são visitantes que vêm para ver um monumento rodeado apenas desse tipo de comércio e desse tipo de atividades, o que acaba por descaracterizar as cidades.

Sente que tem havido um certo êxodo do comércio tradicional das baixas das cidades em detrimento deste tipo de lojas?

Tem havido, até porque as rendas são altas. É impossível com os produtos que muitas dessas lojas vendem terem a rentabilidade para pagar as rendas de cinco, seis ou sete mil euros que pagam.

A CCP apresentou ao Governo uma proposta para contrariar a descaracterização do comércio e serviços nos centros urbanos, sendo a ideia incluí-la no âmbito dos fundos do Portugal

2030. Já teve resposta?

Vamos ter na segunda-feira [hoje], a primeira reunião com o ministro da Coesão, que pedimos no seguimento desse trabalho. Já reunimos com dezena e meia de CIM [Comunidades Intermunicipais], temos no observatório 31 câmaras e colaboramos com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. A receptividade é positiva, mas transformar isso em ação é muito mais complicado.

Qual o primeiro passo a dar?

Cada local tem a sua especificidade [...], mas havendo regras de urbanismo claras pode-se fazer muita coisa. Há experiências estrangeiras que podem ser estudadas, como Amsterdão. As câmaras, as freguesias e os comerciantes conhecem o terreno. Se toda esta gente começar a trabalhar é possível encontrar planos de equilíbrio. Não estamos a falar de regras ultrarrígidas, mas, pelo menos, de princípios que motivem e defendam algum tipo de comércio porque isto, a prazo, mata os centros das cidades para o turismo. ■

“A CCP está preocupada porque a questão do urbanismo comercial, da organização dos centros das cidades de uma forma mais aberta, foi completamente abandonada.”